

Hélène Leblanc, *Théories Sémiotiques à l'Âge Classique. Translatio Signorum*. Avec une préface de Laurent Cesalli. Librairie Philosophique J. Vrin: Paris, 2021, 314 pp. ISBN: 978-271-16-2947-3.

Hélène Leblanc é pós-doutoranda no GEMCA (Centro de Análise Cultural da Primeira Modernidade) da Universidade Católica de Lovaina, informação talvez curiosa porque este livro debruça-se acima de tudo sobre um filósofo coimbrão, Sebastião do Couto (1567-1639), e a Universidade belga tem, na sua história, uma linhagem expressiva de relações com a nossa Universidade (e já agora, também com outras Universidades portuguesas, de entre as mais velhas). Eis que um “herói” conimbricense, severamente ignorado, atraiu a atenção dos nossos colegas lovanien-ses. Em contrapartida, por várias vezes, no Curso filosófico que acolheu S. do Couto como um dos seus autores, os Lovanienses são citados como uma das fontes a tomar em consideração. Fique dito *en passant* que esta relação ainda não foi devidamente examinada. Ora bem, o filósofo oliventino Sebastião do Couto, S.J. costuma ser um nome inexistente nas histórias da filosofia, por um lado, porque a sua obra, o volume do *Comentário do Colégio de Jesus de Coimbra à Dialectica de Aristóteles*, aparece esbatida no grupo editorial daquele relevante *Comentário* publicado coletiva e anonimamente, os *Commentarii Collegii Conimbricensis Societatis Iesu ... Aristotelis Stagiritae* (1592-1606). E, por outro lado, também estes costumam cair em desgraça na historiografia vigente que, repetindo os lugares-comuns de uma modernidade narrada sob a fileira cartesiana, ignora boçalmente tudo o que não seja centro-europeu. Um erro de paralaxe geopolítica cultural. Felizmente, o leitor habitual da *Revista Filosófica de Coimbra* encontra-se prevenido contra esta incompetência, está apto a combater tal ignorância e conhece melhor aquele célebre empreendimento editorial que teve uma inédita expansão global. Entre os mais atentos leitores, alguns terão decerto descortinado e lido o artigo sobre o filósofo oliventino Sebastião do Couto que publicámos na Enciclopédia em-linha e a que mais à frente nos voltaremos a referir. Ora, atendendo a tudo isto, o que há de particular e de quase inédito no trabalho de Leblanc é o facto de Couto e o seu trabalho conimbricense surgir como um regastado “herói” – mas entre outros mais, há que avançar já – de uma competente narrativa histórico-filosófica, qual a que a autora se abalçou com sucesso e é, por isso, merecedora de aplausos. Escrevemos “quase inédito” porque, não fossem os trabalhos de Peirce, Doyle, Deely e Coxito – este último ausente na obra ora recenseada, embora algo compensado pela referência a Herculano de Carvalho – e a reivindicação da importância do tratado dos signos ou dos sinais (*De Signis*), escrito por Sebastião do Couto no quadro do *Comentário à Dialética*, e ficaria a dever-se ao estudo de Leblanc a sua ocasião natalícia ou quase primeira oportunidade. Não foi assim, naturalmente, mas foi-no de um modo que merece o nosso apreço e sublinha-dos. Convém esclarecer de imediato que o tratado coutino “De Signis” corresponde ao princípio da secção do *Comentário à Dialética* dedicada ao *Peri Hermeneias* de Aristóteles – este, por sua vez, uma parte do conhecido *Organon* – cuja tradução

é-nos hoje acessível ao menos nos idiomas português (graças a Amândio Coxito) e inglês (graças a John Doyle). Compreende-se, por isso mesmo, que a autora trace a história dos contributos ibéricos na sequência sobretudo dos autores norte-americanos citados – daí as suas referências também a João Poinset (pp. 120-128) que surge como natural herdeiro escolar de Couto – sem deixar de tomar em consideração a relevância da investigação Meier-Oeser para a história da semiótica. Seja como for, ficar por estas dependências – entre outras mais a que ainda teremos de aludir – seria injusto, dada a valia do trabalho feito por H.L. e a originalidade incontestável da obra que estamos a apreciar. São, de facto, vários os méritos desta monografia lovaniense. Enumeremos apenas alguns, além, evidentemente, de uma nova reivindicação das figuras de Couto e Poinset na história da semiótica: uma certa fidelidade ao esforço metodológico de Gilson (*vd.* p. 25, p. 107); o prolongamento e superação da persistente atenção que Deely conferiu aos dois autores lusitanos; a reequação do século XVII no quadro da história do pensamento, mormente da semiótica (*vd.* p. 24); a atenção dada à produção ibérica, tal como nós mesmo já a havíamos propugnado (*vd.* o Prefácio que escrevemos para o livro de S. Guidi, *L'angelo e la macchina*, Roma 2018); a chamada de atenção para um paradigma alternativo da “modernidade”, adiante também referido; a colação entre o texto de Couto e o de Pedro da Fonseca; a preocupação pelo rigor diacrónico e a hermenêutica dos textos numa longa e assaz difícil tradição; etc., etc. Enfim, estas e outras aquisições autorizam-nos a passar a expor sem mais delongas o núcleo da tese de H.L. Como seria compreensível, no que se vai ler, iremos conferir uma particular ênfase aos autores de Coimbra. Com as duas grandes partes em que se divide esta tão importante obra – “O quadro tradicional” (pp. 29-138) e “A modernidade não escolástica” (pp. 141-262) – depreende-se bem a ambiguidade das tradicionais e dificultosas categorias historiográficas, que valeria a pena, talvez, começarmos a abandonar. Em muitos momentos da escrita de H.L. pressente-se a dificuldade da classificação de um determinado protagonista nos quadros de uma eventual “modernidade”. Isto é particularmente notório nos casos de Sebastião do Couto, de João Poinset, mas também de Bayle, Gassendi e Hobbes cuja reconstrução doutrinal do signo como estritamente instrumental – refiro-me à última tríade de autores – não é menos devedora da tradição antiga, apesar da consolidação do desvio do modelo lógico para um modelo epistemológico. Esta é uma bela formulação da autora. De facto, uma das valias da sua interpretação tão sugestiva passa por ter posto em evidência com plausibilidade argumentativa que a “idade clássica” analisada por Michel Foucault tem o seu gonzo, no quadro da atenção concedida ao “signum”, naquela mudança de modelos, e que a renovação do aristotelismo na sua forma “tomista” no século XVII engrena aquela dinâmica de transformação, a saber, a passagem da lógica e do tema da linguagem à epistemologia; dito de uma maneira mais “moderna”: a passagem do registo psicológico ao físico-natural. É impossível, nas poucas linhas de uma recensão, frisar devidamente o capital de produtividade hermenêutica que nos é aqui e assim deixado. Tanto mais que ele acarreta um distanciamento crítico relativamente

à interpretação mais disseminada de Deely; enquanto este lia Couto e Poinsoot na esteira de Locke, a proposta da autora, sustentada por uma metodologia de leitura ainda mais apertada da tradição, tem o mérito da inclusão sobretudo crítica de Descartes, Bacon, Espinosa, Locke, Port Royal, além – diríamos antes: sobretudo – da tríade acima mencionada. O facto de se encontrarem apeados os tradicionalmente considerados “modernos” evidencia duas vertentes “modernas” – de novo a ambiguidade desta estafada herança historiográfica – até ao presente descuradas: de um lado, os ibéricos – lidos por H.L. na qualidade de recetores do terminismo inglês que chega a Paris e é depois transmitido às duas mais importantes universidades ibéricas, Salamanca e Coimbra –, do outro, Hobbes, Gassendi e Bayle. Este último, aliás – e como nós mesmo havíamos feito notar para uma outra situação assaz concreta –, evidencia uma marca do ensino jesuíta centrada na relevância do aristotelismo e do *Peri Hermeneias* em particular (vd. pp. 212-215: “De Coimbra à Sedan en passant par Leyde”). Quanto àquela translação geográfica, de Paris a Salamanca, vale recordar que no livro que recensearemos a seguir se formula uma tese diferente, vincando a centralidade de Salamanca (e de Vitoria) em detrimento da de Paris (Crockaert e Mair). Se nos apraz sublinhar o bem achado de um itinerário translativo da secular tradição em torno do “signum” – aliás deveras alinhado com as propostas que nós mesmo temos estimulado no quadro da Enciclopédia em-linha www.conimbricenses.org (e mormente na sua secção 1.4.) –, o momento mais expressivo desta monografia é, a nosso ver, o segundo capítulo da primeira parte (pp. 83-138). Não sentiremos embaraço nenhum em afirmar que H.L. legou-nos um exemplo de investigação no tocante à hermenêutica dos textos dos jesuítas conimbricenses. Tarefa não sem dificuldades e escolhos, como veremos ainda. Mediante uma meritória reconstrução historiográfica feita sobretudo a partir do hipertexto modelar de Sebastião do Couto, a autora demora-se na difusão da divisão entre signo formal e instrumental, estendida até Eustáquio de São Paulo e Poinsoot, que se nos afigura como absolutamente modelar e quase irrepreensível. Uma nota: tendo presente que João Poinsoot se graduou bacharel em 11 de março de 1605 no Colégio das Artes, talvez possamos propor Manuel de Almeida e André Machado como dois jesuítas que com alguma probabilidade poderiam ter sido seus mestres de filosofia. Também é sabido que, por esses anos, Couto já havia lecionado em Coimbra e que o seu *Comentário à Dialética* se encontrava no prelo; ou mais precisamente ainda, como escrevemos na nota editorial (<http://www.conimbricenses.org/in-universam-dialecticam-aristotelis-stagirita/>) nos meses de julho e agosto de 1605 corriam as licenças para a publicação do volume que acabará por sair em finais de 1606 nas oficinas de Dias Gomes Loureiro. Voltando ao tema principal. A fragilidade do exercício de H.L. – se deveras de “fragilidade” se trata – estaria no facto de a autora ter levado demasiadamente a sério os “textes sources” de Couto, desconhecendo, e tal como nós mesmo temos salientado, que no *Curso Jesuíta Conimbricense* estão mais em causa as ideias e menos os autores. Se não erro, uma particular secção do notável capítulo 2 da parte 1 (pp. 89-94), dedicada inteiramente à exegese da autoridade *par excellence* de

Tomás, demonstra cabalmente a minha convicção e asserção sobre o peso das ideias em detrimento dos autores. Naquelas pouco mais de três páginas, que são uma autêntica jóia da coroa desta obra, a autora põe em relevo o lastro “teológico” da leitura levada a cabo por Couto. Ressaltam, entre outras coisas mais, o grau de complexidade teórica em jogo; a acuidade e a minúcia da leitura de H.L. – um caso flagrante: “L’importance de ce passage consiste dans l’usage des termes de ‘manifestation’ et de signification’.” (p. 92) –; o reforço augustinista a fim de conceder maior amplitude à representação em detrimento da significação, feito numa espécie de hiperventilação hermenêutica, haja em vista a colação dos “recentiores” (p. 93); enfim, o diálogo quase silencioso mas crítico com matéria do *De Anima*, mormente a glosada por Manuel de Góis, sobre o verbo interior (AnIIIc8q3 e AnIIIc8q3 q4). Talvez um tal grau de “complexidade teórica”, que passa sempre por exigir uma competência e erudição tamanhas aos atuais intérpretes, explique a razão pela qual os textos de Coimbra são tão pobremente conhecidos e abafados pelo mais bafiento preconceito. Uma vez este rompido, e desde que o intérprete se mostre inteligente, oferecem-se-nos conclusões deveras sensíveis, como por exemplo, a que se deve seguir ao que se lê no final desta extraordinária secção: “... (Couto superpose au ‘manifestar’ thomasien le ‘représenter’ qui joue dans la définition du signe), mais (...) ils [sc. les signes] renvoient à *autre chose*” (p. 94; o sublinhado é da autora). Certamente, a prolixidade autoral do *Curso*, que também havia provocado a reação negativa de Descartes, é deveras impressionante, mas ela deve ser lida “cum grano salis”. O facto de um tal *Curso* ter sido produzido com vista a uma publicação na novíssima galáxia de Gutenberg não só não o podia levar a eximir-se ao tique da profusão, como, sobretudo, acabou por lhe conceder uma amplitude exagerada. Mas há que cuidar em não levá-la longe demais. Um exemplo no próprio texto da autora é representativo do que acabamos de escrever: como conciliar a alegada escassez da presença de Aristóteles no texto de Couto, posta em evidência (p. 85) e contrastada com a esmagadora relevância da matéria teológica (p. 86), com o prestidigitação hermenêutica suscitada ou imposta pelo “enigma” do que a autora designa por “estranho acordo de Tomás de Aquino com João Duns Escoto” (p. 94)? Convém lembrar que por todo o *Curso* perpassam “acordos” deste jaez. Ou ainda, com o também designado (p. 98) “problema ‘Egídio Romano’”? Posto que temos vindo a apresentar a obra retrogradamente, passemos agora ao lugar reclamado para Couto e à acertada reivindicação do seu nome pela historiografia mais proba do que vistosa. Distintamente de Deely ou Doyle, por levar muito a sério as fontes de Couto no capítulo que abre o comentário ao *Peri Hermeneias*, Leblanc enquadrou pela primeira vez o legado “medieval” daquele texto. Quase ineditamente, o “comentário” abre com um tratado “De Signis” e a ponderação desse ineditismo havia que ser justificada (pp. 36-64). Este é mais um elemento meritório e quase pioneiro na metodologia da autora. O alegado apagamento (*gommant*) da falta de “consciência histórica”, por parte de Couto, ao aproximar as *Sentenças* e o *Peri Hermeneias* (p.71), mais do que colocar o comentário do lado mais conservador das produções filosóficas da Companhia de

Jesus (p. 73), impôs – mesmo em alternativa à solução de Pedro da Fonseca (pp. 107-111 e 128) – o aspeto mais inovador do trabalho de Couto, a saber: a distinção entre signo formal e instrumental. Com deixo exarado já, Leblanc persegue e contextualiza esta divisão e legado de Couto como ninguém até hoje o havia feito. Não é que tal divisão fosse “original” – e voltaremos a este ponto mais para o fim –, mas ela comparecia, apesar de tudo, como um elemento doutrinal novo (*jeune*) no texto de Sebastião do Couto. Aludi acima à expansão deste elemento. Ele é, a justo título, objeto de toda a segunda parte da obra, que não ignora alguma atenção concedida à distinção patente nos léxicos, como os de Glocénio e Micraélio (pp. 129-138). Evidentemente, o caso da obra de João Poinot (pp. 121-127) também é relevante, mas a autora separa-se da interpretação norte-americana, convocando antes Sebastião do Couto para esta história. Tal importante e corente decisão consistiu em sopesar o contributo do nosso oliventino confrontando-o com a tradição dominicana prévia – Domingo de Soto é o nome comumente citado – e com a sua coetânea expressão no quadro da Companhia. A este respeito, mais uma vez me apraz registar que Leblanc carrega um elemento adicional para aquilo que vimos evidenciando, isto é, para a existência de divergências dentro da Companhia; ou mais ainda, nas palavras inequívocas da autora: de “un écart relatif précis, au sein non seulement d’une même ordre [scilicet S.J.], mais aussi d’une même école [sc. de Coimbra].” (p. 108). O que ainda falta fazer? A autora identifica um dos campos a investigar, o da escolástica protestante. Mas o que restará fazer, também, no quadro mais “regional” a que aqui nos restringimos? Pela nossa parte, avançaríamos com a pesquisa em torno do contributo das lições inéditas “de signis” no quadro coimbrão e eborense, ou genericamente portugueses. Esta última sugestão permitirá aquilatar do grau de ineditismo ou originalidade de Sebastião do Couto no domínio semiótico. Avancemos algumas pistas para o trabalho futuro. Para os anos 60 do século XVI, na BGUC, os manuscritos de Luis Álvares (ms. # 2206) e André Cardoso (ms. # 2226); também a partir dos anos 60, mas estendendo-se ao século XVII, na BNL: os inéditos de Inácio de Tolosa (ms. # 2204/3), Frei Luís Soares (ms. # Pomb 549), João Pinto (ms. # 3866), Jerónimo Álvares (ms. # 2438) e André Palmeiro (ms. # 2441) entre muitos mais anónimos que deixaram traço de versarem “de signis” nas suas lições. No estado atual da ciência, ignoramos o que esta investigação pode trazer-nos. E, acima de tudo, se ela pode dar-nos algo de decisivo para se aquilatar com maior precisão a “originalidade” de Sebastião do Couto, conforme dizíamos. A este respeito, uma coisa é certa, diversamente da produção manuscrita e do que ela nos vier a revelar, pelo facto de ter sido publicada, a contribuição e figura de Couto impor-se-ão na historiografia com todo o mérito e justiça. Não obstante, posta de parte a possibilidade de a mão de Fonseca ter estado nas páginas de Couto sobre o *Peri Hermeneias*, tal como sugerido por Doyle (vd. o seu *The Conimbricenses. Some Questions on Signs*, p. 187), convirá ainda examinar a possível influência das *Annotationes in universam Aristotelis Dialecticam* (ms. TT # 2046) de Paulo de Oliveira sobre Sebastião do Couto (vd. J. P. Gomes, *Os professores de Filosofia da Universidade de*

Évora, pp. 150-162). Seja como for, dado que temos fácil acesso ao pequeno papel que a matéria “de signis” assume naquele texto publicado como sendo um genuíno produto conimbricense – a contrafação bem conhecida por *Collegii Conimbricensis Societatis Iesu Commentarii Doctissimi in Vniversam Logicam Aristotelis Ex Bibliopolio Frobeniano*, 1604, tomus 1, pp. 193-196 – a presente tese de H.L. poderá e deverá ainda manter-se vigente. Ela resiste ao princípio da refutação, alvitado por Popper. Esta bela monografia de Hélène Leblanc é, nesta matéria, irrelevante, encerra com uma conseguida conclusão, apresenta uma bibliografia relativamente aceitável (pp. 267-299) e dois tipos de índices, um onomástico, cindindo em 1800 dois períodos (pp.301-308), o outro concetual (pp. 309-311). Temos de terminar e fazêmo-lo com júbilo e esperança. A autora, de parabéns, merece que o seu livro seja bem disseminado e atentamente lido e que o tipo de pesquisa ali desenvolvido seja devidamente assenhoreado por todos os investigadores deste período. Ainda é cedo para se fazer uma soberana história da semiótica (e, escusado seria acrescentar, do contributo ibérico para a filosofia também).

Mário Santiago de Carvalho

Universidade de Coimbra

Faculdade de Letras – DFCI

Unidade I&D: IEF

Email: carvalhomario07@gmail.com

ORCID: 0000-0002-8257-9962

DOI: https://doi.org/10.14195/0872-0851_60_13